



---

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**HÉRIKA BARBOSA NASCIMENTO**

**INCLUSÃO DE EDUCANDOS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM  
UMA ESCOLA URBANA. SITUAÇÃO E DESAFIOS**

**Planaltina DF  
2017**

HÉRIKA BARBOSA NASCIMENTO

**INCLUSÃO DE EDUCANDOS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM UMA  
ESCOLA URBANA. SITUAÇÃO E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Educação do Campo, da Universidade de  
Brasília, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Licenciada em  
Educação do Campo, com habilitação na  
Área de Ciências da Natureza e  
Matemática.

**Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Eliene Novaes Rocha**

## HÉRIKA BARBOSA NASCIMENTO

Aprovada em 02 de fevereiro de 2017.

### BANCA EXAMINADORA

---

Profª. Dra. Eliene Novaes Rocha (FUP/UnB)  
Orientadora

---

Prof. Dra. Clarice Aparecida dos Santos  
Examinadora

---

Prof. Ms. Ana Cristina de Araújo  
Examinadora

Planaltina-DF  
2017

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre me apoiaram e a Deus por ter me guiado e proporcionado mais uma conquista.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, meu companheiro inseparável que em nenhum momento se distanciou de mim, inclusive é Ele a razão da minha existência e de tudo que almejo. Essa vitória não é minha e sim vossa.

A minha família pelo apoio, incentivo e amor incondicional e sobretudo à minha mãe, seu cuidado e dedicação foi que deram em alguns momentos, a força para seguir, meu amor por ti é inestimável.

A minha professora Eliene, pela paciência, atenção e incentivo em cada passo na elaboração deste trabalho.

Aos educadores da LEdoC, que dedicaram seu tempo e sabedoria para que minha formação acadêmica fosse um aprendizado de vida.

Aos meus colegas e amigos da turma Chico Mendes que estiveram comigo nessa longa jornada e que tanto contribuíram na construção do meu conhecimento. Em especial aos que estão próximos a mim, que aprendi a amar e a construir laços eternos. Esta caminhada não seria a mesma sem vocês.

A todos aqueles que torceram por mim e que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão de mais essa etapa, o meu muito obrigada.

Incluir significa promover e reconhecer o potencial inerente a todo ser humano em sua maior expressão: a diferença. (GONÇALVES, 2010).

## **RESUMO**

Esse trabalho trata da inclusão de educandos de comunidades quilombolas em uma escola urbana. Situação e desafios. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Joaquim de Souza Fagundes localizada no município de Teresina de Goiás, tendo em vista que ela possui características importantes para este trabalho, uma vez que mais de 50% de seus educandos são oriundos de comunidades quilombolas. Em seu Projeto Político Pedagógico não há nada que prevê um ensino/aprendizagem e nenhuma proposta que considere as questões trazidas por estes educandos. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de inclusão desses povos na proposta curricular dessa escola, identificando os principais desafios e possibilidades, para o respeito às demandas dos povos quilombolas. A pesquisa foi baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Resoluções do CNE sobre as escolas quilombolas e em autoras como Caldart (2012), Molina (2012) entre outros. Este trabalho foi orientado pela pesquisa qualitativa com estudo de caso. Portanto a partir da leitura/compreensão da realidade da escola podemos concluir que os educandos quilombolas são excluídos de diversos processos escolares.

Palavras Chave: Educação quilombola, Projeto Político Pedagógico, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Inclusão/Exclusão.

## **ABSTRACT:**

This work deals with the inclusion of students from quilombola communities in an urban school. Situation and challenges. The research was carried out at the Joaquim de Souza Fagundes State School located in the city of Teresina de Goiás, considering that it has important characteristics for this work, since more than 50% of its students come from quilombola communities. In its Political Educational Project there is nothing that provides a teaching / learning and no proposal that considers the issues brought by these students. The purpose of this paper is to analyze the inclusion process of inclusion of these peoples in the curricular proposal of this school, identifying the main challenges and possibilities, to respect the demands of the quilombola people. The research was based on the Law of Guidelines and Bases of Education, CNE Resolutions on quilombola schools and on authors such as Caldart (2012), Molina (2012) and others. This study was guided by qualitative research with case study. Therefore from the reading / understanding of the reality of the school we can conclude that the quilombola students are excluded from several school processes.

**Keywords:** Quilombola Education, Pedagogical Political Project, Guidance Law and Bases of Education, Inclusion / Exclusion.



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**CNE:** Conselho Nacional de Educação

**CONAE:** Conferência Nacional de Educação

**ECA:** Estatuto da Criança e do Adolescente

**FUNDEB:** O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

**INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**LEDOC:** Licenciatura em Educação do Campo

**PCNs:** Parâmetros Curriculares Nacionais

**PPP:** Projeto Político Pedagógico

**SAEB:** Sistema de Avaliação da Educação Básica

**SAEGO:** Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás

**SECADI:** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

**SEF:** Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I:.....</b>	<b>17</b>
<b>Direito a Educação para as populações quilombolas.....</b>	<b>17</b>
1.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	21
1.3. Diretrizes para a construção de uma proposta de Educação escolar Quilombola.....	22
<b>CAPITULO II:.....</b>	<b>27</b>
<b>Orientações para a Construção do Projeto Político Pedagógico para a Educação escolar Quilombola.....</b>	<b>27</b>
2.1. Identidade Quilombola.....	30
2.2. Orientações oficiais para a construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas .....	32
<b>CAPITULO III:.....</b>	<b>38</b>
<b>Breve análise sobre o PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLÉGIO ESTADUAL JOAQUIM DE SOUZA FERNANDES.....</b>	<b>38</b>
3.1. Contextualizando o espaço de realização da pesquisa.....	38
3.2. A Escola de Pesquisa: o Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes .....	39
3.3. Proposta Pedagógica do Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes.....	40
3.4. O (não)lugar dos educandos quilombolas .....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

O tema desse trabalho é Inclusão dos educandos das comunidades Kalungas em uma escola urbana, que busca identificar as situações e desafios que envolvem a presença das crianças e jovens quilombolas em uma escola fora de sua comunidade. A importância de tratar esse tema deve-se a ser perceptível que esses educandos são excluídos em diversos processos educativos por não ser levada em consideração a realidade deles.

O objetivo geral da pesquisa foi realizar estudo da proposta pedagógica do Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes, buscando compreender se acontece e como acontece o processo de inclusão dos educandos Kalunga nesta escola.

A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa com estudo de caso, e usou como instrumentos de coleta de dados, as entrevistas com alunos, professores e equipe pedagógica, observação participante e a pesquisa bibliográfica.

O trabalho de campo foi realizado na escola Estadual Joaquim de Souza Fagundes no mês de agosto de 2016. Essa escola atende do 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. Os educandos vem das escolas rurais e lá estudam apenas até o 5º ano do ensino fundamental, a partir daí precisam ir para as escolas da cidade, por não haver oferta das séries finais do ensino fundamental e ensino médio em suas próprias comunidades, ofertados somente nas escola da cidade.

Temos como referência para a realização deste trabalho autores que debatem sobre a Educação do Campo (MOLINA (2012), CALDART (2012) e outros debatem sobre a questão quilombola e o direito a educação a estes povos (SILVA, S/D). Além das bases legais do Ministério da Educação (MEC) que orientam a construção de políticas de Educação do Campo (BRASIL, 2001) e da Educação Quilombola no Brasil (BRASIL, 2012).

Com os resultados desse trabalho espera-se contribuir com uma leitura/compreensão da realidade da escola, e da situação da educação dos quilombolas numa escola urbana, identificando a situação da educação quilombola nessa escola, uma vez que no município há uma parcela considerável da população quilombola e inicialmente não se identifica a presença de uma educação que contemple sua identidade, sua cultura, seus valores, sendo que a educação

quilombola deve ser compreendida como um processo amplo, a incluir família, trabalho, relações na comunidade, entre outros.

Nesta introdução ao trabalho encontram-se apresentadas a justificativa, problemas de pesquisa, objetivo geral e específicos, referencial teórico, metodologia, população/sujeito da pesquisa, instrumento da coleta de dados, referências, anexos e apêndices.

A monografia está dividida em três capítulos além da introdução e das considerações finais. O primeiro faz uma abordagem sobre o direito à educação para as populações quilombolas e um breve estudo sobre as bases legais que fundamentam o direito a educação quilombola, ressaltando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e as Diretrizes para a construção de uma proposta de Educação Escolar Quilombola.

No segundo descrevemos as orientações para a construção do projeto político pedagógico para a educação escolar quilombola levando em conta a identidade quilombola.

Quanto ao terceiro apresentamos uma breve análise sobre o projeto político pedagógico da escola estudada, contextualizando assim o espaço de realização da pesquisa e sua Proposta Político Pedagógica. Fazemos também, uma análise das respostas obtidas através das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

Esta pesquisa consiste em realizar um estudo sobre a inclusão de educandos de comunidades Kalunga, na Escola Estadual Joaquim de Souza Fagundes que fica localizada na sede do município de Teresina de Goiás e encontra-se cadastrada como uma escola urbana. Busca-se analisar e compreender se, e/ou como esse processo de inclusão nessa escola vem acontecendo, e quais os desafios que estão postos para os educandos kalungas neste processo de inserção.

A primeira motivação para realizar este estudo, vem de minha própria vivência como estudante, pois sempre estudei nessa escola que agora estou inserida como professora e estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Enquanto estudante da escola não percebia a dicotomia no tratamento nela existente, no que se refere aos educandos que vem do campo e aqueles que são da cidade.

Dicotomia essa que começa pelos educandos quilombolas da “zona rural” só poderem estudar à tarde, e ainda assim as turmas são organizadas considerando o nível de aprendizagem dos educandos, ou seja, os que têm mais “facilidade” formam

uma turma e os demais formam outra para não atrapalhar o desempenho dos que são considerados os “melhores”, conforme orientação da coordenação da escola.

A partir dos meus estágios e observações durante os anos de 2015 e 2016, passei a ter um questionamento sobre essa divisão, de como a escola que é um lugar de acolhimento e amparo é a primeira a dividir e excluir.

Presenciei várias situações durante os estágios que me levaram a escolha do tema, mas a principal é que essa escola apesar de estar situada em uma região Kalunga, e ter aproximadamente 50% dos seus educandos oriundos dessas comunidades, em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) não há nada que prevê um processo de ensino/aprendizagem e nenhuma proposta pedagógica que considere as questões trazidas por estes educandos.

Os conteúdos aplicados não tem ligação com a realidade dos educandos, a metodologia usada em sala de aula pelos professores não viabiliza o entendimento, enfim, a escola não utiliza mecanismos para que haja êxito no processo de aquisição do conhecimento.

O Território Kalunga é formado por afrodescendentes, remanescentes de quilombos, que vivem nas comunidades de Diadema, Ribeirão dos Bois e Ema. O município de Teresina de Goiás tem aproximadamente 3.690 habitantes, a população quilombola Kalunga está em torno de 4.500 pessoas, distribuídas territorialmente nos municípios de Cavalcante, Teresina e Monte Alegre, onde o território Kalunga está localizado. Em Teresina de Goiás, a população quilombola é estimada em torno de 350 famílias.

A segunda motivação para a realização deste trabalho deve-se a intenção de estudar o PPP da Escola e a partir dele e das bases legais que orientam a construção da Educação do Campo e Quilombola identificar, como a escola vem buscando inserir essas bases no seu ensino e se esta escola tem considerado as recomendações advindas do MEC e do Conselho Nacional de Educação (CNE) no que se refere à Educação Quilombola.

Nossa hipótese inicial é de que a escola não apresenta nenhuma proposta pedagógica para os alunos que vem das escolas nos territórios Kalunga, no entanto para confirmar essa afirmação foi preciso realizar um estudo mais detalhado sobre essa situação.

Percebemos que o processo de aprendizagem não tem estes sujeitos como centro do processo de ensino. A partir das primeiras impressões, constatamos que

essa situação de negação de acesso à educação aos povos quilombolas tem passado totalmente despercebida, pois para a maioria dos educandos, a frequência à escola na cidade se configura como uma atividade de lazer.

Isso se dá, por falta de políticas públicas para manter o jovem no campo, falta de incentivo para que eles permaneçam em suas respectivas comunidades e tenham a oportunidade de continuar os estudos dentro da própria comunidade. Falta apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade social, cultural, econômica e política das comunidades.

A terceira motivação para a realização deste trabalho refere-se à possibilidade de contribuir com a mudança de olhar sobre a situação da educação quilombola nas escolas, pois, embora tenhamos um município que tem uma população quilombola significativa não identificamos a presença destes discutindo e propondo mudanças na educação oferecida para as crianças e jovens.

Por fim, espera-se que este trabalho de pesquisa possa contribuir com a formação de professores nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo que atuarão em escolas com grande número de educandos oriundos de comunidades quilombolas, podendo ofertar para estes uma educação com mais significado para sua realidade.

Em minhas vivências e observações não identifiquei nenhuma proposta pedagógica que considera as demandas dos povos quilombolas na escola. A escola não se organiza para atender as necessidades desses sujeitos. O único fator que é considerado, é a organização das turmas de educandos quilombolas no turno da tarde, com a justificativa de que as comunidades são distantes da cidade, neste sentido, todos os alunos da zona rural são matriculados no turno vespertino, para que dê tempo do ônibus, que é uma precariedade, buscar todos os alunos.

Alguns destes educandos saem às 10h da manhã de casa para conseguirem chegar ao ponto do ônibus na hora certa, caso percam o ônibus, fica impossível a ida à escola. Não percebemos um bom acolhimento por parte da escola, pois, além do desgaste da viagem, ainda têm a questão da fome, pois estes alunos chegam por volta do 12h30 e o lanche só é servido às 15h30. Entre o horário de saída de casa e o lanche são mais de 5h30 sem fazer nenhuma refeição.

Não se percebe inicialmente nenhuma relação do calendário escolar com a vida/realidade do povo Kalunga, em época dos festejos culturais e tradicionais de suas

comunidades, os alunos faltam semanas de aula e acabam prejudicados. Em outra situação quando há um feriado que a prefeitura emenda com os dias letivos, os alunos também são prejudicados, pois, o transporte já citado, nestes dias, não é ofertado pela prefeitura. Embora seja uma escola estadual, é o município que é responsável pelo transporte escolar dos alunos.

Por fim a questão posta para este trabalho de pesquisa, busca analisar uma série de fatores que por vezes são demandas administrativas que são priorizadas, em detrimento das questões político pedagógicas na organização do ensino aprendizagem.

A partir de uma leitura preliminar, percebe-se que as especificidades dos povos Kalunga são ignoradas, no PPP consta que no ano de 2016 seria desenvolvido um projeto chamado Consciência Negra, mas não houve nenhum tipo de planejamento explicativo pra isso.

Por fim, algumas perguntas orientaram este trabalho de pesquisa: a) como os educandos oriundos de comunidades quilombolas estão sendo inseridos nessa escola urbana? b) Como a proposta pedagógica da escola tem assegurado as bases legais que orientam a educação quilombola? c) Quais esforços podem ser identificados para superar a situação atual dos educandos quilombolas nesta escola? d) Quais as repercussões que a ausência de uma proposta pedagógica que considera as matrizes africanas no ensino e sua implicação na formação dos educandos quilombolas? e) o que é possível fazer/propor para alterar essa realidade? f) Como a escola Estadual Joaquim de Souza Fagundes tem assegurado o direito a uma educação quilombola adequada à realidade da população quilombola estudantes desta escola e como poderá construir uma proposta pedagógica que atendas as demandas dos jovens do campo, advindos de comunidades rurais, tradicionais? g) qual a percepção dos educandos em relação aos processos desenvolvidos pela escola?

Destaca-se neste trabalho a importância da escuta dos alunos e dos professores, propondo alternativas para que a escola possa construir e garantir um maior respeito à identidade quilombola na escola. O objetivo geral deste trabalho de pesquisa foi analisar o processo de inclusão dos educandos Kalungas na proposta curricular do Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes, identificando os principais desafios e possibilidades para o respeito à realidade e às demandas dos povos quilombolas.

E teve os seguintes objetivos específicos: a) Investigar qual a expectativa dos jovens quilombolas em relação à escola; b) Investigar se/e de que forma a identidade quilombola é incluída no PPP e nas práticas pedagógicas da escola; c) Estudar como a proposta da escola tem respeitado as bases legais que orientam a organização da educação quilombola e a Educação do Campo; d) Identificar possibilidades de inclusão das questões identitárias dos povos quilombolas na escola; e) Propor alternativas para que a educação quilombola seja orientadora da proposta político pedagógica da escola em estudo.

Este trabalho será orientado pela pesquisa qualitativa com estudo de caso. Conforme proposto por Gil (2006) na pesquisa qualitativa existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Busca-se realizar estudo de caso neste ambiente, para descrever a situação do contexto em que está sendo feita a investigação (GIL, 2006).

O estudo de caso é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (YIN, 2005).

Gil (2006) afirma que os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, e o pesquisador é o instrumento-chave (GIL, 2006).

A pesquisa qualitativa utiliza-se de várias técnicas de dados, como a observação participante, história ou relato de vida, entrevistas e outros (COLLIS; HUSSEY, 2005). Neste trabalho foram utilizadas a pesquisa participante e as entrevistas possibilitando um diálogo mais aberto e possível para colher mais informações, instigando cada vez mais a fala dos entrevistados.

Foram envolvidos nessa pesquisa uma turma com 29 alunos advindos de comunidades quilombolas, 1 professora, a coordenadora pedagógica do turno vespertino e a diretora da unidade.

A definição dos entrevistados foi feita com uma amostragem aleatória estratificada que segundo (Gil, 2002) caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada. E no caso foram selecionadas pessoas em



cada extrato: alunos, professores e grupo pedagógico. Os alunos foram do turno vespertino pelos motivos acima citados, professores das respectivas séries e a coordenação pedagógica da escola.

Neste trabalho foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados:

- Pesquisa bibliográfica: esse estudo bibliográfico foi feito a partir das seguintes categorias: Educação Quilombola, papel da educação na construção das identidades e a construção do PPP na escola. Essas categorias são de extrema importância para esse trabalho, pois são elementos que preveem uma perspectiva de educação escolar com foco na diversidade e na valorização da identidade étnica como forma de fortalecimento da cultura e da causa quilombola.
- Pesquisa Documental: PPP, Leis do Estado, nacional (LDB), resoluções do CNE sobre escolas quilombolas. Estes documentos afirmam a importância que a educação escolar quilombola deve ter como referência valores sociais, culturais, históricos e econômicos de suas comunidades e que para isso a escola deverá se tornar um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar, realidade, trabalho, a cultura, etc. Portanto deve-se pensar em uma educação e em um projeto político pedagógico bem estruturado com temas adequados que se relacionem os conteúdos curriculares com a realidade dos alunos, sendo construído coletivamente integrando assim escola e comunidade, fazendo com que haja, aproveitamento e compreensão por parte dos educandos – conteúdo ligado a vida.
- Pesquisa de campo: observação participante, entrevistas semiestruturada, a professores e alunos e professores;

## **CAPÍTULO I:**

### **Direito à Educação para as populações quilombolas**

O Direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas. No Brasil este direito apenas foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, antes disso o Estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros, o ensino público era tratado como uma assistência, um amparo dado àqueles que não podiam pagar.

Na consolidação da Constituição de 1988 as responsabilidades do Estado foram repensadas e a educação fundamental passou a ser seu dever:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 2º).

Além da Constituição Federal, existem ainda duas leis que regulamentam e complementam o do direito à Educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996). Juntos, estes mecanismos abrem as portas da escola pública fundamental e de nível médio, conforme se pode observar no Art. 5º da LDB:

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (BRASIL, 1996)

O IV capítulo do ECA diz respeito ao direito à educação, do art. 53 ao 59 assegura-lhes de que o Estado tem o dever de propiciar esse direito, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

A educação básica, como direito para a diversidade dos povos do campo foi mantida por décadas no esquecimento. E, esse descaso, segundo pesquisa realizada por Caldart (2004, p.149) está atrelado ao encurtamento dos horizontes políticos e

educacionais para os povos do campo, o qual reflete a visão pessimista do campo e da Educação do Campo. A Educação do Campo é uma realidade recente no país.

Advinda da organização dos movimentos sociais, a Educação do Campo nasce em contraposição à educação rural. Nasce como forma de reconhecimento dos direitos das pessoas que vivem do e no campo, no sentido de terem uma educação diferenciada daquela que é oferecida aos educandos das áreas urbanas.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), (2003), as comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural, que se auto definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas. Entre eles há o Quilombo denominado Kalunga, que situado na Chapada dos Veadeiros - GO, abriga a maior comunidade quilombola do Brasil.

A fuga foi a principal forma de resistência à escravidão no Brasil, sabe-se que o trabalho era difícil e a vida era dura, e apesar dos castigos que eram aplicados aos escravos que fugiam e eram capturados novamente, eles continuavam tentando escapar, sonhando com sua própria liberdade.

Fugiam para lugares cada vez mais distantes onde ninguém pudesse alcançar. Como relata o livro Uma História do povo Kalunga (BRASIL, MEC, 2001):

...isso era o que não faltava naquelas terras de Goiás. A chapada é um mar de serras e morros cheios de buritis que se estendem até onde a vida alcança, os caminhozinhos fazem curvas e sobem cada vez mais, quase perdidos no meio do mato. Do outro lado os paredões de pedra como muralhas impossíveis de ultrapassar, ou seja, isso tudo mostra por que os escravos que fugiam do garimpo de ouro iam se refugiar naquelas serras. E assim foi se se formando ali o quilombo Kalunga, onde eles poderiam construir uma vida nova de liberdade (BRASIL, 2001, pag. 24).

As políticas públicas são ações sociais coletivas que visam a orientação e garantia de direitos perante a sociedade como um conjunto de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionando as tarefas de interesse público.

Segunda Molina (2012, p. 585):

Desde o surgimento das políticas públicas, a Educação do campo se configura como demanda relativa à garantia do direito à educação para os povos do campo, elas são denominadas muitas vezes, de políticas sociais. Um traço estrutural do capitalismo na fase atual é o agravamento da questão social para a classe trabalhadora, materializando um perverso processo de distribuição e desconstrução de direitos econômicos e sociais: direito ao acesso à terra; direito à moradia, à educação, à saúde, ao lazer.

Para a autora não é possível debater as políticas públicas sem utilizar outros quatro conceitos fundamentais: direitos, Estado, movimentos sociais e democracia. Primeiro, é preciso explicitar que o debate sobre políticas públicas, na história da Educação do Campo, relaciona-se sempre à ideia dos direitos.

Entre os direitos constitucionais que se materializam por meio das políticas públicas, estão principalmente os direitos sociais, definido no artigo 6º da Constituição Federal brasileira: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Pelo fato de as políticas públicas serem formas de atuação do Estado para garantir os direitos sociais, elas também são denominadas, muitas vezes, políticas sociais (BRASIL, 1988).

Importante destacar a luta dos movimentos sociais ao criar um conjunto de estratégias por meio das quais os segmentos populacionais considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que estas sejam tratadas de forma justa e igualitária, exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre a variedade do gênero humano. Nesse sentido, é na escola onde as diferentes presenças se encontram e são nas discussões sobre currículo onde estão os debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos alunos e alunas.

Na política educacional, a implementação da Lei 10639/2003\*, uma das primeiras leis sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, significa estabelecer novas diretrizes e práticas pedagógicas que reconheçam a importância dos africanos e afro brasileiros no processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população para a escola brasileira, essa lei deve ser encarada

---

\* **LEI** Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a **Lei** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

como parte fundamental do conjunto das políticas que visam à educação de qualidade como um direito de todos e todas.

Nas comunidades remanescentes de quilombos, o acesso à escola para as crianças é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados, e o currículo escolar está longe da realidade destes meninos e meninas. Raramente os alunos quilombolas estudam sobre sua história, sua cultura e as particularidades de sua identidade na sala de aula e nos materiais pedagógicos.

Segundo a Resolução Nº 8 que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola é um dever do Estado:

Assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico; zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais; subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação Básica, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileira (BRASIL, 2012, Art. 6º).

A educação quilombola propõe ter características diferenciadas do ensino escolar tradicional, uma educação de qualidade aliada à preservação da identidade histórica que o quilombo possui.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no artigo 15, concedeu à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira (BRASIL, 1996). E ter autonomia significa construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades de modo a responder às demandas da sociedade, ou seja, atendendo ao que a sociedade espera dela.

Na cartilha elaborada por Delma Josefa da Silva (s/d) cuja temática aborda Educação Quilombola um Direto a ser Efetivado a autora afirma que é necessário se desenvolver práticas de fortalecimento de identidade étnica e da referência de acesso a direitos que podem ser orientações valiosas para a construção do projeto de escola quilombola.

A autora compreende que os quilombolas são iguais na sua condição humana e no direito a ter direito, mas são diferentes no modo de vida, na expressão da cultura e nas formas de se relacionar com o outro. Para fortalecer a identidade, os quilombolas buscam valorizar os saberes dos antepassados, pois compreendem que são eles, que detêm a memória do lugar e têm conseguido ao longo do tempo manter viva a história (SILVA, S/D).

Por sua vez, vale ressaltar que o conceito de educação quilombola está articulado com o conceito de Educação Do Campo, uma vez que as duas concepções remetem à importância de se trabalhar nas escolas questões como cultura, conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

### **1.1 Estudo sobre as bases legais que fundamentam o direito a educação quilombola**

A I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, instaurou, segundo Caldart (2004, p.1), “um novo jeito de lutar e de pensar a educação para o povo brasileiro que trabalha e que vive no e do campo”. Para a autora No: o povo tem direito a ser educado onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. A perspectiva da luta dos povos do campo por educação ocorre no campo das políticas públicas, porque busca universalizar o acesso para estes sujeitos (2004, p. 149-150).

Inclusive para os quilombolas que apesar de suas especificidades também devem ser considerados sujeitos do campo, uma vez que a maioria dos quilombos está localizada no meio rural. Vale aqui ressaltar o processo de transição da condição de escravo para camponês livre que estes povos passaram.

Houve grandes movimentos de luta para que se consolidassem os direitos quilombolas. E foi por meio deles que as políticas públicas para as comunidades quilombolas foram criadas.

### **1.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação**

Aprovada em dezembro de 1996 com o nº 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) é a lei mais importante que se refere a educação. Em seus 92 artigos, abordam os mais diversos temas da educação. Entretanto diferente de outras leis a LDB não é detalhista e minuciosa, ela dá liberdade e autonomia para as escolas, fixando apenas normas gerais, o que abre brechas para não funcionar o que nela está em vigor.

A LDB tem o papel de reafirmar o direito que todos nós temos à educação, garantido pela constituição federal no art. 205

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Lei estabelece ainda os princípios da educação e o dever do Estado em relação à educação escolar pública. Conforme consta na LBD, a educação brasileira é dividida em dois níveis: Educação Básica que se trata dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e o ensino médio, e o segundo nível é o ensino superior. Há ainda algumas modalidades de educação, sendo elas: Educação Especial, Educação à Distância, Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos e, Educação do Campo, Educação Indígena. A LDB também aborda temas como recursos financeiros e formação dos profissionais da educação.

Estabelece ainda a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; determina a função do Governo Federal, Estados e Municípios no tocante a gestão da área de educação; estabelece as obrigações das instituições de ensino (escolas, faculdades, universidades, etc.); determina a carga horária mínima para cada nível de ensino; apresenta diretrizes curriculares básicas; aponta funções e obrigações dos profissionais da educação (professores, diretores, etc.). Essas são algumas características vigentes na LDB.

### **1.3. Diretrizes para a construção de uma proposta de Educação escolar Quilombola**

O Brasil é um país de grandes miscigenações, dentre elas há os povos africanos que para cá foram trazidos e escravizados de forma desumana e cruel. Os negros, porém reagiram à escravidão e buscando uma vida digna fugiam para o meio da mata, para um lugar bem distante onde ninguém podia alcançá-los, e lá formavam os quilombos, onde viviam em liberdade com seus respectivos costumes africanos e buscavam de diversas formas manter sua cultura e seus valores.

Segundo Moura os quilombos são estruturas organizacionais, políticas, sociais e militares formadas por negros e negras que se libertavam da escravidão que se espalharam por todo território brasileiro, já que, em todas as partes da colônia em que surgiam a agricultura e a escravidão, logo os quilombos apareciam enchendo as matas e pondo em sobressalto os senhores de terras. (MOURA, 1988, pg. 69)

Os negros quilombolas sempre tiveram participação ativa na formação histórica e cultural da sociedade brasileira e assim consolidou sua história, sua língua, seus costumes e sua identidade.

Grandes lutas e reivindicações foram travadas para a obtenção dos direitos quilombolas que por anos foram negados e ignorados pelo Estado. Alguns dados alarmantes são descritos em um relatório feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre a situação da infância e adolescência quilombola brasileira e publicado em parceria como o Ministério da Educação:

31,5% das crianças quilombolas de sete anos nunca frequentaram bancos escolares; as unidades educacionais estão longe das residências e as condições de estrutura são precárias, geralmente as construções são de palha ou de pau a pique; poucas possuem água potável e as instalações sanitárias são inadequadas. O acesso à escola para estas crianças é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados e o currículo escolar está longe da realidade destes meninos e meninas. Raramente os alunos quilombolas veem sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos. Os professores não são capacitados adequadamente, o seu número é insuficiente para atender a demanda e, em muitos casos, em um único espaço há apenas uma professora ministrando aulas para diferentes turmas. (BRASIL, 2003, p. 15)

O Estado por muito tempo desprezou os dados citados acima. Foi com a luta e a conquista das políticas públicas que de maneira lenta foi se percebendo a necessidade de uma educação quilombola. Hoje o que temos de concreto é o artigo 26-A da LDB retomado pela Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do



estudo da História da África e da Cultura afro-brasileira e africana e do ensino das relações étnico-raciais, instituindo o estudo das comunidades remanescentes de quilombos e das experiências negras constituintes da cultura brasileira. Assim sendo, nossos jovens e crianças compreenderão melhor a pluralidade cultural de nosso país.

Em 2010, foi debatido na Conferência Nacional de Educação (CONAE), ocorrida em Brasília, a diversidade da política no campo da educação, e como resultado defendeu-se a Educação Escolar Quilombola como modalidade, consolidada pela Resolução CNE/CEB 04/2010 que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica.

A CONAE definiu que a educação quilombola é da responsabilidade do governo federal, estadual e municipal e estes devem:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/as profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico racial do grupo.
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (BRASIL, 2011, p. 9).

O Ministério da Educação tem o objetivo de fortalecer os sistemas municipais, estaduais e do Distrito Federal de educação, envolvendo o apoio à coordenação local na melhoria de infraestrutura, formação continuada de professores que atuam nas comunidades remanescentes de quilombos, visando à valorização e a afirmação dos valores étnico-raciais na escola e proporcionando instrumentos teóricos e conceituais necessários para compreender e refletir criticamente sobre a educação básica oferecida nas comunidades remanescentes de quilombos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola têm a finalidade de “orientar os sistemas de ensino para que eles possam colocar em prática a Educação Escolar Quilombola mantendo um diálogo com a realidade sociocultural e política das comunidades e do movimento quilombola” (BRASIL, 2011, p.05).

Foram realizados vários seminários nacionais para efetivar o processo democrático de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, pois, o objetivo era construir juntamente com as comunidades quilombolas, para que essas Diretrizes partissem da realidade de suas respectivas comunidades. Cabe a escola quilombola a autonomia para construir seu Projeto Político Pedagógico (PPP) específico, levando em conta a singularidade cultural de cada município.

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (BRASIL, 2011, p.21).

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão (SECADI) tomou a iniciativa de criar diversos recursos para melhorar as condições de ensino. Sendo elas: cursos de formação para professores, a produção de material didático a ser disponibilizado aos municípios, bem como verbas para o transporte e alimentação escolar, no intuito de facilitar e qualificar o ensino/aprendizagem. Mas para que isso seja colocado em prática é de extrema importância que os gestores públicos conheçam e assumam com responsabilidade e compromisso essas políticas, e que seja uma ponte a agilizar o processo desses benefícios as comunidade Quilombolas.

A SECADI propõe para a Educação do Campo orientação estabelecida por diretrizes, no que se refere às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito, com o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão. Propõe ainda medidas de adequação da escola à vida do campo.

Em relação às escolas quilombolas a SECADI tem por objetivo fortalecer os sistemas municipais, estaduais e do Distrito Federal de educação, envolvendo o

apoio à coordenação local na melhoria de infraestrutura, formação continuada de professores que atuam nas comunidades remanescentes de quilombos, visando à valorização e a afirmação dos valores étnico-raciais na escola e proporcionando instrumentos teóricos e conceituais necessários para compreender e refletir criticamente sobre a educação básica oferecida nas comunidades remanescentes de quilombos.

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. De acordo com tais Diretrizes:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL, 2012)

Delma Josefa autora da cartilha “Educação Quilombola Um Direito a Ser Efetivado” afirma, a educação quilombola deve ser compreendida como um processo amplo - que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho e com o sagrado e as vivências nas escolas, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade. Assim, compreende-se a educação como um processo que faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade, e a escolarização é um recorte do processo educativo mais amplo.

Ressalta ainda que na perspectiva da escolarização quilombola existe pouca informação oficial sobre as taxas de escolaridade, evasão e aproveitamento, ou seja, indicadores sobre a educação em comunidades quilombolas. Porém, é possível afirmar - a partir da relação com as organizações quilombolas, que na maioria das comunidades faltam escolas, e as que existem funcionam precariamente (SILVA, S/D, p.7).

## **CAPITULO II:**

### **Orientações para a Construção do Projeto Político Pedagógico para a Educação escolar Quilombola**

Conforme Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2013), os parâmetros de qualidade definidos pelo MEC, associados às normas dos sistemas educativos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, são orientações cujo objetivo central é o de criar condições para que seja possível melhorar o desempenho das escolas, mediante ação de todos os seus sujeitos.

Assume-se, portanto, que as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica têm como fundamento essencial a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, inclusão, permanência e sucesso das crianças, jovens e adultos na instituição educacional, sobretudo em idade própria a cada etapa e modalidade; a aprendizagem para continuidade dos estudos; e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica. (BRASIL, 2013, p.15)

Entretanto, a educação para todos não é viabilizada por decreto, resolução, portaria ou similar, ou seja, não se efetiva tão somente por meio de prescrição de atividades de ensino ou de estabelecimento de parâmetros ou diretrizes curriculares: a educação de qualidade social é conquista e, como conquista da sociedade brasileira, é manifestada pelos movimentos sociais, pois é direito de todos. Essa conquista, simultaneamente, tão solitária e solidária quanto singular e coletiva, supõe aprender a articular o local e o universal em diferentes tempos, espaços e grupos sociais desde a primeira infância.

A qualidade da educação para todos exige compromisso e responsabilidade de todos os envolvidos no processo político, que o Projeto de Nação traçou, por meio da Constituição Federal e da LDB, cujos princípios e finalidades educacionais são desafiadores: em síntese, assegurando o direito inalienável de cada brasileiro conquistar uma formação sustentada na continuidade de estudos, ou seja, como temporalização de aprendizagens que complexifiquem a experiência de comungar sentidos que dão significado à convivência. (BRASIL, 2012, p.14)

A escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como:

- I** – revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela;
- II** – consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos e as várias manifestações de cada comunidade;
- III** – foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem, e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes;
- IV** – inter-relação entre organização do currículo, do trabalho pedagógico e da jornada de trabalho do professor, tendo como foco a aprendizagem do estudante;
- V** – preparação dos profissionais da educação, gestores, professores, especialistas, técnicos, monitores e outros;
- VI** – compatibilidade entre a proposta curricular e a infraestrutura entendida como espaço formativo dotado de efetiva disponibilidade de tempos para a sua utilização e acessibilidade;
- VII** – integração dos profissionais da educação, os estudantes, as famílias, os agentes da comunidade interessados na educação;
- VIII** – valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência, remuneração compatível com a jornada de trabalho definida no projeto político-pedagógico;
- IX** – realização de parceria com órgãos, tais como os de assistência social, desenvolvimento e direitos humanos, cidadania, ciência e tecnologia, esporte, turismo, cultura e arte, saúde, meio ambiente. (BRASIL, 2012, p.22)

As diretrizes ainda reconhecem a necessidade que a qualidade associa-se à ação planejada, coletivamente, pelos sujeitos da escola e supõe que tais sujeitos tenham clareza quanto: aos princípios e às finalidades da educação, além do reconhecimento e análise dos dados indicados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou outros indicadores, que complementem ou substituam estes; à relevância de um projeto político-pedagógico concebido e assumido coletivamente pela comunidade educacional, respeitadas as múltiplas diversidades e a pluralidade cultural e à riqueza da valorização das diferenças manifestadas pelos sujeitos do processo educativo, em seus diversos segmentos, respeitados o tempo e o contexto sociocultural;

Cabe, pois, à escola, diante dessa sua natureza, assumir diferentes papéis, no exercício da sua missão essencial, que é a de construir uma cultura de direitos humanos para preparar cidadãos plenos. A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção “transgressora”, porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional. (BRASIL, p.25)

A Lei aborda ainda que na Educação Básica, o respeito aos estudantes e a seus tempos cognitivos, socioemocionais, culturais, identitários, é um princípio orientador de toda a ação educativa. É responsabilidade dos sistemas educativos responderem pela criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade (diferentes condições físicas, sensoriais e socioemocionais, origens, etnias, gênero, crenças, classes sociais, contexto sociocultural), tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria do percurso escolar, da Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Médio.

Na modalidade da educação básica do campo a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação com as questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País.

As diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo salienta que a educação para a população rural está prevista no artigo 28 da LDB, em que ficam definidas, para atendimento à população rural, adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural e de cada região, definindo orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996 p.73).

As propostas pedagógicas das escolas do campo devem contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Em seguida o art. 36 da LDB deixa claro que a identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Outra modalidade é a educação Quilombola que apesar de se encaixar nas diretrizes operacionais da educação básica para as escolas do campo, há especificidades próprias e por isso foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Quilombola. Tanto que essas seguem as orientações das diretrizes da educação básica. Conforme tais diretrizes:

É também importante reiterar que muitas comunidades quilombolas constroem a sua história e sua vida em contextos rurais e, dessa forma, também podem ser compreendidas como integrantes da ampla configuração formada pelos povos do campo, no Brasil. Portanto, a Educação Escolar Quilombola é implementada guardando as suas particularidades, sendo assim, as comunidades quilombolas poderão ser destinatárias, em algumas situações, das políticas públicas voltadas para povos indígenas e do campo, respeitado o que é peculiar de cada um e quando a legislação assim o permitir.

## **2.1. Identidade Quilombola**

O termo identidade quilombola é utilizado aqui com respaldo no conceito de identidade étnica descrita por Barth (2000), é o fato de um grupo poder contar com membros que se identificam a si mesmo e são identificados por outros. Ou seja, são pessoas que são parecidas consigo na cor de pele, língua, afinidades culturais e que compartilham histórias e origens comuns.

A identidade entrelaça o sujeito ao contexto no qual ele está inserido, ou seja, o termo identidade quilombola e território são interligados, pois a construção do território produz uma identidade e a identidade produz o território. Para Moura (2010), viver em uma comunidade de quilombo é coisa de gente forte, trabalhadora e que procura de toda forma preservar sua história, cultura e identidade. Gente simples com o coração maior que o território onde vivem.

A autora afirma ainda que historicamente quando se fala de quilombo nesse país o imaginário do brasileiro se reporta ao conceito de que são negros fugidos das fazendas e cujo maior exemplo é o de Palmares.

Porém este conceito foi atualmente ampliado, podem-se conceituar os quilombos como comunidades negras rurais, habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentescos e vivem em terras doadas, compradas ou secularmente ocupadas.

Os negros dessas comunidades chamadas remanescentes de quilombos valorizam as tradições culturais de seus ascendentes, pois possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícita com consciência de sua identidade.

Identidade quilombola é um conjunto de características de um povo, cuja preservação se dá através de suas tradições, de sua cultura onde se pode englobar religião, culinária, dança, modo de vestir, de falar, entre outros aspectos que representam os hábitos quilombolas e a reafirmação de sua identidade.

Por isso do ponto de vista nacional, com destaque para a legislação educacional, as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas, bem como as redes de ensino das quais fazem parte, possuem orientações gerais constantes da Lei nº 9.394/96 que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para o atendimento dessa parcela da população.

De acordo com a LDB:

**Art. 23.** A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

**Art. 26.** Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

**Art. 28.** Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;



III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p.442)

Ao se analisar a realidade educacional dos quilombolas, observa-se que só o fato de uma instituição escolar estar localizada em uma dessas comunidades ou atender a crianças, adolescentes, jovens e adultos residentes nesses territórios não assegura que o ensino por ela ministrado, seu currículo e o projeto político-pedagógico dialoguem com a realidade quilombola local. Isso também não garante que os profissionais que atuam nesses estabelecimentos de ensino tenham conhecimento da história dos quilombos, dos avanços e dos desafios da luta antirracista e dos povos quilombolas no Brasil.

## **2.2. Orientações oficiais para a construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas**

Conforme declara a LDB já explicada no capítulo anterior, a partir de sua vigência precisa necessariamente ter um Projeto Político Pedagógico.

Este documento é antes de tudo um instrumento político, que visa sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo universo escolar. O PPP faz parte do planejamento e da gestão escolar. A questão primordial do planejamento é expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Sendo assim, compete ao projeto político-pedagógico a operacionalização do planejamento escolar, em um constante movimento de reflexão- ação reflexão.

O projeto político-pedagógico, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da escola pode ser traduzido como a capacidade de governar a si mesmo, por meio de normas próprias. (BRASIL, 2013)

O PPP é a valorização da identidade da escola, e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e

democraticamente. Nele deve conter características e objetivos que a escola como um todo deseja alcançar, quais metas pretendem cumprir, qual formação estará disponível aos educados, entre outros.

Para a escola, o PPP ilumina princípios filosóficos, define políticas, racionaliza e organiza ações, otimiza recursos humanos, materiais e financeiros, facilita a continuidade administrativa, mobiliza os diferentes setores na busca de objetivos comuns e, por ser de domínio público permite constatar acompanhamento e avaliação.

A educação é prioridade de todos os seres humanos, por isso é preciso estabelecer metas para serem cumpridas a um espaço de curto, médio e longo prazo, onde a escola acompanhe de forma gradativa as verdadeiras necessidades da comunidade escolar. Para que a escola alcance esses objetivos, vale ressaltar a importância de que o corpo docente faça adequações necessárias para que os alunos sejam capazes de aprender e serem conscientes de seus direitos e deveres, de liberdade e igualdade.

Coerentes com as estratégias previstas na LDB toda instituição escolar deve ter como meta o desenvolvimento global do aluno exercendo em sua plenitude o direito à cidadania e explorando as suas potencialidades.

Pensando na função social da Educação e no valor formativo e simbólico que a instituição Escola sempre representou para as sociedades e ainda, nos ideais dialéticos, construtivistas e sócio históricos que regem a Escola contemporânea, compreendendo a importância do papel da educação no desenvolvimento dos seres humanos, baseada no desenvolvimento integral das pessoas, no enfoque construtivista e na importância do contexto social e das relações estabelecidas, a fim de se efetivar a formação do aprendiz na cidadania e para a cidadania, advém a necessidade de as escolas construírem seus Projetos Políticos Pedagógicos.

Na construção de um PPP deve-se fazer o diagnóstico da escola e de toda a comunidade escolar. É importante observar que tipo de escola se tem, o que ela tem de bom e o que não tem. Porém para que essa construção seja elaborada com sucesso é necessário que todos estejam envolvidos, todo corpo docente do estabelecimento escolar, pais, alunos e representantes da comunidade.

Este projeto se elaborado em uma gestão democrática, com a participação efetiva de todos os segmentos da unidade de ensino e da comunidade, pode ajudar a abrir novos horizontes de como transformar a realidade em algo melhor, criando sempre mecanismos para que funcione o que nele está em vigência.

Conforme Veiga (2001, p.111):

(...) o projeto político-pedagógico é o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É, antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo.

Para se elaborar um bom projeto deve-se a princípio conhecer a realidade da comunidade, e em seguida estabelecer os planos e intenções. Ao fazer esta análise podem-se definir os objetivos e metas acrescentando-lhe outros aspectos que atendam a realidade da escola, tendo sempre presente sua função e seu compromisso social. Ao identificar tais objetivos é preciso que se faça a escolha das estratégias, levantar quais são os pontos fortes e fracos da escola, identificar quais os que podem ser melhorados, sem auxílio externo e quais os que precisam de apoio externo, estabelecendo prioridades e apontando o reforço necessário.

Na elaboração do projeto político-pedagógico, a concepção de currículo e de conhecimento escolar deve ser enriquecida pela compreensão de como lidar com temas significativos que se relacionem com problemas e fatos culturais relevantes da realidade em que a escola se inscreve. O conhecimento prévio sobre como funciona o financiamento da educação pública, tanto em nível federal quanto em estadual e municipal, pela comunidade educativa, contribui, significativamente, no momento em que se estabelecem as prioridades institucionais. (BRASIL, 2010, p.48)

É preciso estabelecer um cronograma e a definição dos espaços necessários, assim como, a coordenação entre os diferentes profissionais e setores envolvidos, zelando sempre pela primazia do pedagógico sobre as ações culturais e assistenciais fazendo a implementação sempre que necessário.

Essas etapas podem sobrepor-se e devem ser acompanhadas e avaliadas permanentemente. Vale ressaltar o que diz Ferreira: “Acompanhar não é assistir: é interferir, mudar” (1987, p.61)

Dessa forma, a avaliação que tradicionalmente tem sido usada apenas para constatar situações, deve assumir a característica de recuso pedagógico-administrativo que impulsionam ações para corrigir e aperfeiçoar o projeto.

Outro ponto importante é a formação dos professores e como os mesmos se organizam para sanar as necessidades advindas pelas intenções educativas. O que e como se ensina, as formas de avaliações de aprendizagem, o uso do espaço físico na escola, a organização e outros devem ser estabelecidos na proposta curricular. A gestão administra tem a função de viabilizar o que for necessário para que os demais pontos funcionem.

Por ser um trabalho complexo, a organização e gestão escolar requerem o conhecimento e a adoção de alguns princípios básicos da concepção de gestão democrática e participativa.

O primeiro princípio é o da Autonomia das escolas e da comunidade educativa, pois a autonomia em uma instituição significa ter poder de decisão sobre seus objetivos e suas formas de organização, manter-se relativamente independente do poder central, administrar livremente recursos financeiros. Sendo assim, as escolas podem traçar seu próprio caminho envolvendo a todos e transformando assim em instância educadora, espaço de trabalho coletivo e aprendizagem. Conforme é salientado nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica:

A autonomia da escola numa sociedade democrática é, sobretudo, a possibilidade de ter uma compreensão particular das metas da tarefa de educar e cuidar, das relações de interdependência, da possibilidade de fazer escolhas visando a um trabalho educativo eticamente responsável, que devem ser postas em prática nas instituições educacionais, no cumprimento do artigo 3º da LDB, em que vários princípios derivam da Constituição Federal. Essa autonomia tem como suporte a Constituição Federal e o disposto no artigo 15 da LDB:

“Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de Educação Básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. (BRASIL, 1996, p.47)

O segundo princípio é sobre a relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar que conjuga o exercício responsável e partilhado da direção, a forma participativa da gestão e a responsabilidade da gestão e a responsabilidade individual de cada membro da equipe escolar, pois, neste princípio está presente a exigência da participação de professores, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade bem como uma forma de viabilização dessa participação. Desse modo a gestão democrática não pode ficar restrita ao discurso da

participação e as suas formas externas: as eleições, assembleias e reuniões. Ela está a serviço dos objetivos do ensino, especialmente da qualidade cognitiva dos processos de ensino e aprendizagem.

Pensar a organização do trabalho pedagógico e a gestão da escola, na perspectiva exposta e tendo como fundamento o que dispõem os artigos 12 e 13 da LDB, pressupõe conceber a organização e gestão das pessoas, do espaço, dos processos, procedimentos que viabilizam o trabalho de todos aqueles que se inscrevem no currículo em movimento expresso no projeto político-pedagógico e nos planos da escola, em que se conformam as condições de trabalho definidas pelos órgãos gestores em nível macro. (2013, p.54)

O terceiro princípio refere-se ao envolvimento com a comunidade no processo escolar, este por sua vez requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, basicamente os pais, as entidades e organizações paralelas à escola. A participação das comunidades nas escolas em diversos processos dá respaldo a governos municipais e estaduais para encaminhar ao Poder Legislativo projetos de lei que atendam melhor às necessidades educacionais da população.

O regimento escolar trata da natureza e da finalidade da instituição; da relação da gestão democrática de suas normas pedagógicas, incluindo os critérios de acesso, promoção, e a mobilidade do escolar; e dos direitos e deveres dos seus sujeitos: estudantes, professores, técnicos, funcionários, gestores, famílias, representação estudantil e função das suas instâncias colegiadas. Nessa perspectiva, o regimento, discutido e aprovado pela comunidade escolar e conhecido por todos, constitui-se em um dos instrumentos de execução, com transparência e responsabilidade, do seu projeto político-pedagógico. As normas nele definidas servem, portanto, para reger o trabalho pedagógico e a vida da instituição escolar, em consonância com o projeto político pedagógico e com a legislação e as normas educacionais. (Brasil, 2013, p. 51)

O quarto, parte do planejamento das tarefas, que se justifica porque as escolas buscam resultados, as ações pedagógicas e administrativas buscam atingir objetivos. O PPP da escola discutido e analisado publicamente pela equipe escolar, torna-se o instrumento unificador das atividades escolares, convergindo na sua execução o interesse e o esforço coletivo dos membros das escolas.

A formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar é o quinto princípio, nele a concepção de gestão

democrática participativa valoriza o desenvolvimento pessoal, a qualificação profissional e a competência técnica. A escola é um espaço educativo, lugar de aprendizagem em que todos aprendem a participar dos processos decisórios, mais é também o local em que os profissionais desenvolvem sua profissionalidade.

Cabe enfatizar que a gestão das escolas e principalmente as quilombolas deverá ser realizada, preferencialmente, por quilombolas. Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, poderão estabelecer convênios e parcerias com as instituições de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica, sobretudo com os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e grupos correlatos dessas instituições, para a realização de processos de formação continuada e em serviço de gestores que atuam nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios. (BRASIL, 2012, p.468)

Para gerir uma escola é preciso conhecer bem seu estado real, observar e avaliar constantemente o desenvolvimento do processo de ensino, analisar com objetividade os resultados e compartilhar as atividades docentes bem sucedidas.

O sétimo princípio diz respeito a avaliação compartilhada e ressalta que todas as decisões e procedimentos organizativos precisam ser acompanhados e avaliados a partir da relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar.

Portanto conforme ressaltam as diretrizes já citadas, o projeto político-pedagógico, concebido pela escola e que passa a orientá-la, deve identificar a Educação Básica, simultaneamente, como o conjunto e pluralidade de espaços e tempos que favorecem processos em que a infância e a adolescência se humanizam ou se desumanizam, porque se inscrevem numa “teia” de relações culturais mais amplas e complexas histórica e socialmente “tecidas”.

### **CAPITULO III:**

## **Breve análise sobre o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Joaquim de Souza Fernandes**

### **3.1. Contextualizando o espaço de realização da pesquisa**

O município de Teresina de Goiás localiza-se no nordeste da Chapada dos Veadeiros, região nordeste do estado de Goiás, no Centro-Oeste do Brasil, com um área de 774,635 km<sup>2</sup>, a população estimada de 3.016 habitantes e densidade 4,5 hab./km<sup>2</sup>.

Este município surgiu da iniciativa de três homens e duas mulheres, Delfino Szeerquins, José da Costa e Joaquim de Souza Fagundes, Joaquina Nunes Bandeira e Antônia Francisca Lopes, que em 1960 decidiram criar um loteamento no entorno de Cavalcante com Campos Belos, na antiga GO-012. As terras pertenciam à esposa de Joaquim de Souza. E foi ele quem primeiro se estabeleceu no local.

A vila que começou a se formar pertencia ao município de Cavalcante. Em 1968 ganhou a condição de distrito de Cavalcante. Devido ao seu rápido crescimento, o distrito foi emancipado em 14 de janeiro de 1988, e em 1989 teve sua primeira eleição. Atualmente, Teresina de Goiás é o município mais novo da Chapada dos Veadeiros e apesar de ter muitos atrativos naturais ainda não tem uma grande estrutura voltada para o turismo.

O município é cortado pela GO 118 e pela GO-241, que dá acesso a Cavalcante. Na fundação da cidade de Teresina de Goiás, participou também o Sr. Jorjari Berto da Costa Ferreira, filho de Osório da Costa Ferreira. Estes foram os primeiros a chegarem neste território. Os dois vieram de Nova Roma-GO, cidade vizinha. Quando chegaram, armaram uma pequena cabana embaixo de um pé de pequi e começaram a cultivar terras pela redondeza. A partir daí os acima citados, tiveram conhecimento e resolveram se unir aos dois. Começando, portanto a nova cidade teresinense. O Sr. Osório era um homem de grande sabedoria, e as pessoas sempre o consultavam antes de tomar as decisões, trabalhava como carpinteiro, ofício passado para seu filho Jorjari Berto, que atualmente mora em Brasília-DF com sua família. Este possui a mais extensa área de terra particular no solo desta pequena cidade, cuja terra atualmente está sendo vendida por ele mesmo para formação de

novos bairros e, contudo, contribuir com o crescimento e desenvolvimento de Teresina, cidade pela qual tem grande apreço, pois se encontra nesta cidade e seus arredores uma incomensurável variedade de frutas, vegetação, animais e, sobretudo de riquezas naturais. Sendo considerada a cidade que possui a maior riqueza natural do Centro Oeste do Brasil.

### **3.2. A Escola de Pesquisa: o Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes**

O Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes foi criado pela Lei nº 9.144 de 06/05/1982. Sua inauguração se deu em 28/05/1981, no governo de Ary Ribeiro Valadão, e sua denominação foi oficializada pela Lei nº 9.144 de 06/05/82. A Escola recebeu o nome de “Joaquim de Souza Fagundes” em sua homenagem por ter sido um dos fundadores do Município.

A escola está localizada na Avenida Pedro Álvares Cabral, Setor Central em Teresina- Goiás. Seu funcionamento se dá em três turnos e está assim organizada: A escola neste ano de 2016 possui um total de 407 alunos sendo 264 do Ensino Fundamental, 143 do Ensino Médio e aproximadamente 210 quilombolas. Em geral há duas ou três turmas para ano de ensino, os alunos são organizados heterogeneamente, considerando seus níveis de aprendizado.

O Colégio Estadual é composto de três alas. A primeira ala foi constituída há mais de quarenta anos, sendo compostas de uma diretoria, três salas de aulas, ocupando uma delas o laboratório de Informática, dois banheiros para os alunos, sendo um masculino e outro feminino, uma secretaria com banheiro para os funcionários e uma cantina. A estrutura do prédio está se comprometendo pois há um buraco muito grande por baixo do piso fazendo com que as paredes rachem. A secretaria é muito pequena, pois foi construída para atender somente as três salas de aula. O sistema elétrico recentemente foi todo refeito graças a uma pequena verba que a escola recebeu. Com ela também foi refeito o sistema hidráulico, a escola adquiriu uma caixa d'água, ampliou-se a cantina, reformou-se os banheiros do primeiro pavilhão e toda a escola foi murada.

A segunda e a terceira ala são feitas de placas de pré-moldado, baixa, é constituída de quatro salas de aula, um laboratório de ciências que foi adaptado para sala de aula, dois banheiros estão interditados, pois as condições de uso estão inadequadas e uma sala improvisada para os professores. O calor é insuportável



dentro dessas salas. Temos uma sala adaptada que serve como depósito de livros e reforço quando necessário, ali também o calor é intenso devido o teto ser baixo e coberto de telha *eternit*.

Na área externa temos a quadra de esportes onde realizamos os eventos esportivos e sociais, por esta ser de grande valia para nós, já que não possuímos um lugar adequado para estes eventos, à cobertura da quadra seria de vital importância para esta unidade devido ao sol escaldante da nossa região.

A área da escola é de oito mil metros quadrados, temos espaço suficiente para construir salas de aula adequadas para estudo e trabalho.

Não temos biblioteca, sala adequada de professores, sala de coordenação e nem uma sala para eventos sociais.

Como nossa escola possui muitos programas que nos auxiliam no processo ensino-aprendizagem esta instituição pôde adquirir muitos materiais para fanfarra, peças teatrais, materiais esportivos, materiais de limpeza e outros. No entanto, não possuímos lugar para guardar esses materiais, muitos ficam em salas de aula, salas dos professores e coordenação que aos poucos vão sendo quebrados. A construção de um galpão resolveria esse problema.

Quanto à limpeza, os funcionários reclamam, e com razão, que não há uma lavanderia ou área de serviço para se realizar o trabalho com qualidade, já que usam uma torneira a céu aberto para encher e carregar água para limpeza das salas ou um lavabo feito na época para os alunos lavarem as mãos.

A primeira ala, sendo esta de alvenaria precisa urgente de uma reforma geral. As demais construções precisam ser refeitas.

### **3.3. Proposta Pedagógica do Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes**

Nota-se que o PPP da escola enfatiza que todos os segmentos da comunidade escolar devem focar no processo de ensino aprendizagem de seu público alvo: os alunos. Nele ainda consta que todas as etapas do ensino determina, entre outras disposições legais, que a organização da ação educativa deve ter como princípios a liberdade, a autonomia, o aprimoramento da pessoa, a flexibilidade e a democracia a serem construídas pelo aluno no decorrer do processo da sua aprendizagem. Neste sentido, a citada instituição escolar dará condições para os alunos serem tratados

como sujeitos em evolução e ir além, sobretudo cumprir a função social da escola, da promoção humana na dimensão do exercício da cidadania.

Nessa perspectiva a Unidade Escolar, terá como função promover o desenvolvimento cognitivo, social, crítico, moral e cooperativo, incentivando os educandos na construção de uma sociedade igualitária.

A Escola entende que a Educação é um processo abrangente, vital e transformador, iniciando na família, vivenciando ao longo da vida em diferentes grupos e situações, tem como finalidade o desenvolvimento pleno das potencialidades de todas as pessoas.

No contexto desta instituição escolar, a educação é um processo no qual o indivíduo possa se desenvolver, interagir de forma individual e coletivamente, desvelar e transformar a realidade, bem como participar da organização social, tanto o aluno quanto o educador são coparticipantes e são sujeitos, na prática educativa, entre outros fatores, ao currículo e à formação.

O PPP traz a evolução tecnológica como um novo dinamismo para a produção e socialização do conhecimento e da informação, uma valorização da aprendizagem em sua concepção, um incentivo à autoaprendizagem e à aprendizagem por descoberta. E ainda salienta que na unidade de ensino, esses processos e meios de comunicação fortalecem e ampliam o conhecimento.

Numa sociedade em que se convive com a supervalorização do conhecimento científico e com a crescente intervenção da tecnologia e a globalização, o compromisso da escola é sempre com a produção do conhecimento, na perspectiva da formação da cidadania de seus sujeitos, propiciando a ele elementos que contribuam para o aprendizado de atitudes, para saber se posicionar crítico e construtivamente diante de diferentes questões.

A educação colabora para a compreensão do mundo e suas transformações. Portanto, vale ressaltar que, os lugares que o indivíduo precisa ocupar na sociedade como cidadão requer da educação total responsabilidade, o que de fato atribui-se a escola, formadora de cidadãos críticos, reflexivos e aptos a percorrer sua vida com dignidade e progresso acima de tudo.

Sobre a gestão da Unidade Escolar, diz ser democrática e participativa, onde o Conselho Escolar atua em consonância com a escola, a comunidade escolar e toda sociedade. Vale ressaltar que esse conselho é composto pelo grupo gestor, dois pais

e alguns alunos, ou seja, não tem como haver divergência uma vez que o conselho é composto pelas mesmas pessoas.

O gestor desempenha um papel essencial na instituição escolar, que identifica e mobiliza os diferentes talentos na escola e comunidade para que as metas sejam cumpridas e, principalmente, conscientizar todos para a importância da contribuição individual e coletiva na qualidade do gestor.

É também de responsabilidade do gestor desenvolver trabalho em equipe, mobilizar a comunidade e promover a integração escola-comunidade, mantendo a comunicação e o diálogo aberto, planejado, desenvolvendo e acompanhando projetos e reuniões.

Em relação a organização curricular, compreensão e propostas da Unidade Escolar sobre Currículo Escolar, o papel diz que o PPP está de acordo com as normas da LDB, os PCNs e a Base Nacional Comum, Matrizes de Habilidades Curricular.

Esse currículo é abrangente, dinâmico e aprofundado, na realidade do aluno, procurando resgatar a qualidade do ensino aprendizagem.

O currículo compreende uma diretriz para a construção do conhecimento escolar e social, desenvolvido através de ações que contribuem para tanto.

Além dos conteúdos da matriz curricular, os temas transversais e fatos da atualidade embasam o currículo que norteia a prática pedagógica e deve estar voltado para desenvolver o lúdico, o imaginário, a criatividade e o pensamento científico do educando, ressaltando os valores éticos, morais, sociais, direitos e deveres para o exercício da verdadeira cidadania.

### **3.4. O (não)lugar dos educandos quilombolas**

Em relação a educação quilombola, o que tem no PPP é somente um projeto denominado “Documentário sobre a comunidade Kalunga de Teresina de Goiás”. No documento é especificado que após 35 anos de sua inauguração, o Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes que atende uma “clientela” de 210 alunos do kalunga, sentiram a necessidades de documentar sua história local, ou seja, a realidade vivida ali por eles (PPP, 2016).

Observando seus modos próprios de vida, suas culturas, tradições e memórias coletivas como fundamentais para à constituição da identidade das crianças,

adolescentes e adultos; valorização dos saberes; as práticas ambientalmente sustentáveis que utilizam; superação da desigualdade sociais e escolares.

Isso era um projeto para o ano de 2016, e que por motivos desconhecidos não foi realizado. Porém pela primeira vez, na semana da Consciência Negra aconteceu um desfile para eleger a Rainha da Beleza Negra 2016. Uma iniciativa plausível pois, é uma forma de incluir, resgatar e elevar e valorizar a autoestima das educandas. Embora seja uma ação mínima, já é alguma coisa, pois toda ação precisa de um começo.

Alguns elementos essenciais da vida escolar como: concepção/princípio, relação professor/aluno, participação da comunidade são simplesmente ignorados, outros são tratados superficialmente.

No decorrer do trabalho em campo realizado no Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes no município de Teresina de Goiás, observei que o mesmo, recebe diferentes grupos de alunos uma vez que no turno vespertino cerca de 95% são oriundos de comunidades quilombolas. No entanto o tratamento a estes alunos é pouco diversificado comparado aos demais. Pois segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Quilombola ressalta que a mesma deve estar associada ao reconhecimento de suas identidades.

Existem princípios constitucionais que atestam o direito das populações quilombolas a uma educação diferenciada. A oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte do direito à educação; porém, o histórico de desigualdades, violência e discriminações que recai sobre esses coletivos afeta a garantia do seu direito à educação, à saúde, ao trabalho e à terra. Nesse sentido, atendendo aos mesmos preceitos constitucionais, pode-se afirmar que é direito da população quilombola ter a garantia de uma escola que lhe assegure a formação básica comum, bem como o respeito aos seus valores culturais. (BRASIL, 2013, pg. 39)

Fazendo uma comparação à Lei citada acima, com o PPP desta Unidade Escolar percebi que as especificidades desses povos são totalmente ignoradas. Dialogando com a coordenadora pedagógica, sobre essa exclusão, a mesma esclareceu que isso ocorre devido a Unidade não ser considerada como uma escola do campo.

Há anos a escola vem tentando se tornar do campo, porém para que isso aconteça é necessário que haja 50% mais 1 de seus alunos com o endereço na zona rural. E hoje não temos esse número, pela dificuldade que se têm na locomoção, muitos pais acabam se mudando para cidade ou mandando seus filhos para morar com

parentes que aqui residem. E apesar de ser quilombola o endereço que vale é o que está na matrícula. (FALA DA DIRETORA)

O fato da escola não ser considerada escola do campo, implica em vários fatores da organização e do ensino/aprendizado como: merenda escolar, transporte, estrutura física, material pedagógico e na capacitação dos profissionais.

A merenda escolar é servida somente uma vez ao dia, às 15h, ao conversar com os alunos da 1ª série do ensino médio, relataram-me que muitas vezes vão para a escola sem almoçar, pois moram muito longe, e saem de casa às 8h30 para pegar o transporte e chegarem até a escola. Muitas vezes o lanche não é adequado, pois, sempre é arroz com pouca mistura. A escola alega que o valor recebido por cada aluno é de R\$0,44 centavos, ou seja, menos que o valor de um pão e isso com toda certeza afeta no aprendizado e rendimento escolar.

Art. 12 Os sistemas de ensino, por meio de ações colaborativas, devem implementar, monitorar e garantir um programa institucional de alimentação escolar, o qual deverá ser organizado mediante cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e por meio de convênios entre a sociedade civil e o poder público, com os seguintes objetivos: I - garantir a alimentação escolar, na forma da Lei e em conformidade com as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas; II - respeitar os hábitos alimentares do contexto socioeconômico-cultural-tradicional das comunidades quilombolas; III - garantir a soberania alimentar assegurando o direito humano à alimentação adequada; IV - garantir a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade cultural e étnico-racial da população; (BRASIL, 2012)

Na turma entrevistada quando perguntei a que horas saiam de casa e se dava tempo fazerem as duas refeições, disseram-me ter aluno que sai às 8h15 que todos os estudantes dessa turma vão para a escola sem almoçar. Às vezes tomam somente o café da manhã

O lanche que dão aqui não é são suficientes, e não é bom, arroz a semana inteira. Às vezes é melhorzinho porém bom ou ruim é sempre é sempre em pequena quantidade o que acaba não sustentado. Devia ser melhor, tinha que ter um lanche na hora de entrar na escola e o outro no intervalo, e podia mudar também o cardápio. (FALA DO ALUNO)

Em entrevista com a diretora, perguntei se ela acha que a questão da alimentação influencia no aprendizado dos alunos e se a escola já tentou de alguma forma uma parceria com a prefeitura ou com o próprio Estado para solucionar essa questão, ela me respondeu que sim, o aluno bem alimentado, tem mais facilidade de absorver explicações. E que com a prefeitura tem tentado solicitar a composição de gêneros alimentícios e com o Estado através dos agentes aumento no valor do repasse. Mas que até agora não obteve respostas.

Estes alunos que saem muito cedo de casa e também retornam muito tarde, na entrevista, alguns deles disseram que pegam dois transportes e ainda tem que caminhar um bom pedaço já que não chega veículo até sua residência, há alunos que moram a 60 km da escola. Observei que esses alunos que saem muito cedo e chegam muito tarde não têm tempo e nem disposição para fazerem as atividades e nem se quer estudarem para as avaliações. Outro problema gravíssimo com o transporte é que quebram muito, por estarem em um estado precário.

Os ônibus estão em péssimo estado, um até pegou fogo com a gente dentro, sempre vem super lotados, vem todo mundo pendurado, são dois ônibus para atenderem todas as comunidades. Quando o professor passar a atividade pra casa quando a gente chega na cidade corre na lan house põe lá no computador traz, entrega e pronto. Não tem outro jeito de fazer por que lá a gente não tem computador nem internet. Se os professores saíssem com a gente e mostrasse o conteúdo na prática a gente ia aprender bem mais. (FALA DO ALUNO)

Outro desafio observado é a estrutura física da escola. Para que a mesma tivesse condições para atender estes alunos de forma adequada, seria necessário mudar toda a sua estrutura física. A começar pelas salas de aula que ainda são de placa, não há biblioteca, a sala de informática funciona apenas com 4 computadores, não há refeitório, só há 2 banheiros em condição de uso, mão de obra administrativa precária, visto que dos 5 funcionários que saíram nenhum foi substituído e os que continuam estão em uma idade avançada.

Em relação à quantidade de professores formados na área em que atuam, houve divergências nas respostas, a diretora relatou-me que em sua maioria os professores atuavam na área de sua formação, já os educandos disseram ter apenas “uns 3”, e que percebem sim a diferença pois, “os professores que formados na área chegam e mostram que sabe, os demais só falam que estão aqui pra aprender com a gente”, o que de fato acontece.

A professora que eu entrevistei e acompanhei por duas semanas é concursada e formada na área de matemática, quando questionada se os conteúdos que ela trabalha em sala de aula são ligados com a vida, alega que muito se cobra hoje trabalhar a realidade do aluno, mas que não só ela mais que todos seus colegas de profissão enfrentam uma grande dificuldade em interligar a matriz curricular com a realidade local desses alunos.

Acham que deveria ter uma disciplina onde estudassem mais sobre a cultura do nosso povo, a linguagem como os conteúdos são abordados também é muito difícil pra entender, as coisas que a gente aprende aqui não serve pra nada, aqui na escola nunca estudamos a origem dos Kalungas por exemplo. (FALA DOS ALUNOS)

Quando se fala na participação dos pais (comunidade) na vida desses alunos, pouca contribuição se tem, conversando com coordenadora ela disse ter tido um pequeno avanço com a parceria entre o conselho tutelar e monitores nos ônibus. Estes aliados ajudam a escola no acesso a esses pais, na indisciplina de alguns alunos e no avanço escolar também, pois a partir daí cria-se uma relação de medo. Caso o aluno não cumpra as regras, o pai é acionado.

A escola bimestralmente destaca os alunos que obtiveram bom êxito e no final do ano, os pais são chamados para juntamente com seus filhos receberem um certificado e uma premiação pelo bom desempenho do seu filho, já que ele é um exemplo a ser seguido pelos demais.

No decorrer do ano é feito um trabalho de conscientização com os alunos sobre a importância desse prêmio. Participei dessa entrega e notei que os alunos agraciados com prêmio são sempre os mesmos. Vejo isso como uma falha muito grande por parte da escola, pois ao invés de criar estratégias para que se trabalhe coletivamente, para que os alunos aprendam juntos e se ajudem, a escola cria uma certa disputa para saber quem é o melhor causando assim a exclusão de muitos.

Quando fui conversar com a professora e pedir permissão para que eu a acompanhasse, e explicar que as observações deveriam ser feitas em aulas da mesma disciplina e na mesma série, porém em turnos diferentes, ela logo disse que era melhor eu acompanhar o turno matutino, pois, segundo ela, era mais produtivo. Fugui um pouco ao assunto e disse que o meu interesse era exatamente analisar a diferença no comportamento entre os alunos dos dois turnos, a partir daí ela concordou e então seguimos para as aulas.

A primeira diferença que percebi foi em relação ao conteúdo. Os alunos da manhã estavam bem mais adiantados do que os da tarde. Percebi também diferença na metodologia usada por ela, um exemplo bem claro disso é que pela manhã em uma correção de atividades os alunos se dispunham a ir ao quadro e ganhava ponto por isso, já no período da tarde a professora chamava por número e quem não fosse ela tirava ponto. O que provocava uma tensão nos alunos, ou ia ou perdia nota.

Quando perguntei se havia diferença no nível de empenho e aprendizagem dos educandos entre os dois turnos a professora respondeu que sim, que os alunos “rurais” são mais empenhados, porém apresentam maior dificuldade em assimilar os conteúdos, já os da cidade devido a maior frequência apresentam uma significativa diferença nos níveis observados.

Conversando sobre isso com os alunos, perguntei se eles sentiam diferença nos trabalhos pedagógicos feito com eles e com os alunos da manhã, me responderam que é o que mais acontece, só os alunos da manhã fazem peça e participam de projetos e a tarde não tem isso. A única coisa que os alunos da tarde participa é do desfile de 7 setembro. “Tudo precisa mudar, mais a gente já acostumou”.

Deve aqui acrescentar que a indisciplina por parte desses educandos também foi um fator que chamou minha atenção, mostraram-se muito desinteressados. A professora tentava explicar o conteúdo mais sempre era interrompida por conversas paralelas. Acredito que essa falta de interesse acontecia exatamente pelo fato de que o conteúdo não tem nenhuma ligação à realidade deles, não houve se quer um exemplo ligando o conhecimento científico com a vida desses sujeitos quilombolas.

Outra queixa por parte dos alunos foi sobre a participação nos programas oferecidos pela escola. A diretora relatou-me que todos os programas são desenvolvidos em parcerias aluno/professor. Entretanto disseram-me que realmente eles queriam, mas não tem como, por que as atividades são no contra turno e a gente mora muito longe, e como sempre o privilégio é para os da cidade.

A gestão no Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes diz ser participativa e focada no pedagógico. Segundo esclarecimentos da gestora e da coordenação pedagógica, hoje há um olhar especial quanto ao rendimento escolar de cada unidade educacional.

As avaliações externas como Prova Brasil, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO) é um exemplo disso, pois o principal foco é medir o índice de desenvolvimento escolar



de cada nível municipal, estadual e nacional. Para se obter estes resultados que são calculados de dois em dois anos leva-se em consideração a frequência escolar dos educandos, as notas internas e externas já citadas a cima.

Através destes, cada escola tem resultados “reais” de sua unidade e os pontos que precisam ser melhorados como ano/série que apresentou maior defasagem, disciplina com índice de proficiência abaixo da média, o turno com maior infrequência escolar, as ações desenvolvidas no decorrer dos dois anos, observando o que deu certo e o que precisa ser melhorado. Após estes apanhados, é feito uma reunião coletivamente com a presença de pais, alunos, professores onde esses dados são apresentados, discutidos e reformulados através de ações com pequena e longa duração, ou seja, de acordo com cada necessidade.

Após terem tais esclarecimentos notei que a gestão é de certa forma participativa, apesar de não ser focado de fato no processo de ensino aprendizagem, devido a algumas questões (não sei se externas ou internas) acabam “deixando a desejar”, pois os educandos do campo/quilombola tem seus direitos amparados pela lei, onde recomenda-se uma educação diferenciada, mas que na prática não é seguida.

Já que a escola tem uma grande parcela de alunos oriundos de comunidades quilombolas e não se nota ações que valorizem esse grupo. Mas, a direção diz trabalhar com projetos voltados para a valorizam desses alunos o que na prática não acontece.

Aqui devia ser uma escola com professores mais educados, que dessem aulas diferentes, que nos levassem para aulas práticas, o calor dessa escola atrapalha o aprendizado. Se fosse escola do campo podia ser perto de um rio. Tinha que ter uma disciplina só pra trabalhar a cultura para que a gente estudasse nossas crenças, costumes, comida e dança. Aqui os alunos plantasse e cultivasse os alimentos da escola para ter o contato com a terra. (FALA DOS ALUNOS)

Tive a oportunidade de participar de um trabalho coletivo, com a presença de todos os professores. Realizaram o planejamento quinzenal, porém de forma individual. Não vi nenhuma discussão acerca de aulas interdisciplinares, de ideias para que se trabalhasse a realidade das comunidades quilombolas. Enfim, percebi que esses educandos são realmente ignorados, suas especificidades não são nem comentadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização dessa pesquisa, os resultados mostraram que a escola Estadual Joaquim de Souza Fagundes está muito aquém no que diz respeito ao processo de inclusão dos educandos quilombolas. Sabemos que a escola é urbana, mas não há empecilho para que a escola utilize mecanismos que contemple as especificidades desse povo.

Um elemento fundamental para que se efetive a educação quilombola é que os educandos se percebam como sujeitos do campo e de direitos. É essencial que se apropriem dos benefícios que depois de muita luta a eles são disponibilizados. A partir daí é necessário criar espaços onde se possa discutir a existência de um ensino democrático, inclusivo e emancipatório.

Também não é possível notar nenhum esforço por parte dessa instituição para mudar a situação atual destes educandos. A pesquisa nos mostra que a falta de interesse por falta da gestão escolar, não só da atual, mais de todas que a antecederam, não possibilita melhora pois, não se empenham em tornar essa escola uma escola do campo. Os anos se passam e fica uma lacuna enorme em relação ao ensino/aprendizagem dos educandos quilombolas, já que os mesmos são excluídos de diversos processos pedagógicos, uma vez que a escola não assegura as bases legais que orientam a educação escolar quilombola.

Entretanto, talvez a falta de conhecimento não possibilita uma visão esclarecida sobre a quantidade de benefícios que todos teriam se caso nessa escola fosse implantada a modalidade de ensino Educação Quilombola, onde se considerasse, aspectos importantes como trabalhar conteúdos ligados com a vida, levar em conta os saberes populares, flexibilidade no calendário escolar, respeitando, as tradições, a identidade, cultura, crença e entre outros.

Esta pesquisa poderá contribuir com a formação de professores nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo que atuarão em escolas com grande número de educandos oriundos de comunidades quilombolas, podendo ofertar para estes uma educação com mais significado para sua realidade. Contribui também para uma visão diferenciada do PPP da escola e para a mudança da realidade. Lembrando Castilho (2008) que ressalta a necessidade de pesquisas neste âmbito, a fim de não só enriquecer os conhecimentos da academia, como também colaborar com a luta destas comunidades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal. Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE); Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNE/CEB nº 09/2001: diretrizes operacionais para Educação Básica. Brasília: CNE CEB, 2001

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola**. Resolução nº 8 de 2012. Brasília: MEC/Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei** no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. **Uma história do povo Kalunga**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/MEC, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Verbetes: Educação do Campo**. In: CALDART, R. FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTILHO, Suely Dulce de. **Quilombo Contemporâneo: educação, família e culturas**, EDUFMT, 2011. CAVALCA

DOSSIÊ, **Políticas Públicas**, Porto Alegre, V.6, n.2. 2013

FERREIRA, F. W. **Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5ª edição. Ed, Alternativa, 2014.

MOLINA, Mônica Castagna. Dicionário da Educação do Campo – **Verbetes: Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOURA, CLOVIS. **Rebelião na Senzala**. 5ª edição. Ed. Mercado Aberto, 1988.

PPP (**Projeto Político Pedagógico** - Col. Estadual Joaquim de Souza Fagundes, 2016).

SILVA, Josefa Delma da. **Cartilha: Educação Quilombola um Direito a ser Efetivado**. Recife: Ed. Centro de Cultura Luiz Freire e Instituto Sumaúma. S/D.

VEIGA. Ilma Passos Alencastro. **As dimensões do projeto político-pedagógico: Novos desafios para a escola**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005, *In* GIL, A. C. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas; 2010.

**APÊNDICE 01:****ROTEIRO DE ENTREVISTA - EDUCANDOS**

Unidade escolar: Escola Estadual Joaquim de Souza Fagundes

Município: Teresina de Goiás

1. Onde residem?
2. Quantas conduções você utiliza para chegar até a escola?
3. Qual o estado do transporte escolar?
4. A que horas você sai de casa? Da tempo fazer as duas refeições antes da escola?
5. A escola oferece alguma refeição antes de iniciar a aula ou só no intervalo? Essas refeições são suficientes ou precisa melhorar? Como?
6. Como eles veem a escola? Se gostam? O que mudariam?
7. Acha que a escola deveria trabalhar alguma coisa dos povos quilombolas? O quê?
8. Se percebem alguma diferença do trabalho feito na escola entre eles e os outros alunos? Participam dos programas oferecidos pelo MEC ex.: Mais Educação e PROEMI? Se não porquê?
9. Se tivessem que ter uma escola quilombola, como acham que deveriam ser?
10. O que acham da parte física da escola? Sala de aula, o que poderia melhorar?
11. Quantos professores vocês têm que são formados na área em que atuam? Sentem alguma diferença entre os professores que são formados na área e os que não são?
12. Os professores passam atividade para casa? Há alguma dificuldade em realizar essas atividades?

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA – GRUPO GESTOR**

1. Por que a escola não é considerada do campo se a maior parte dos educandos são quilombolas? Por que no PPP não consta nada das especificidades desse povo?
2. Você acha que a questão da alimentação influencia no aprendizado dos alunos? Se sim de que forma? A escola já tentou de alguma forma uma parceria com a prefeitura ou com o próprio Estado para solucionar essa questão?
3. Os professores são formados na área em que atuam? Acha que isso de alguma forma influencia no bom desempenho das aulas e consequente no aprendizado dos alunos?
4. Você percebe alguma diferença no nível de empenho e aprendizagem dos alunos matutinos (cidade) para os vespertinos ("quilombolas/campo)? Quais diferenças? Quais qualidades destacaria de um grupo e de outro?
5. Todos os alunos de todos os turnos participam dos programas oferecidos pela escola? Faz alguma coisa diferente entre os grupos?
6. Considerando que a escola tem uma grande parcela de alunos oriundos de comunidades quilombolas, quais ações a escola faz ou deveria fazer para valorizar esses alunos?